

# Agricultura e Políticas Macroeconômicas de Combate à Inflação

CARLOS NAYRO COELHO (\*)

**P**elos seus efeitos negativos no setor produtivo da economia, na curva de distribuição de renda, na alocação de recursos e no próprio equilíbrio político e social do país, o processo inflacionário brasileiro continua representando, de longe, o maior problema enfrentado pelo Governo.

É praticamente consensual o ponto de vista de que este processo é basicamente alimentado e sustentado pela ineficiência e pelo gigantismo do setor público.

Isto porque, no decorrer das últimas décadas, a expansão exagerada da máquina estatal passou a exigir uma quantidade de recursos financeiros progressivamente superior à capacidade de geração fiscal da sociedade, fato que provocou grande volume de emissões de moeda não lastreada, má aplicação de recursos e o acúmulo de uma gigantesca dívida pública interna, cujo gerenciamento eliminou gradativamente a capacidade do Banco Central executar tecnicamente qualquer tipo de política monetária.

As distorções alocativas que, sem dúvida, contribuíram decisivamente para a estagnação do produto na década de 80 (que muitos consideram a década perdida), surgiram com grande intensidade em duas vertentes. Na primeira, de natureza fiscal, elas ocorreram em função de decisão governamental de aumentar substancialmente a carga tributária para cobrir suas despesas o que, em essência, significa retirar mais recursos de um

setor eficiente (setor privado) administrando recursos escassos, para um setor ineficiente e problemático (setor público), trabalhando praticamente sem as restrições orçamentárias normais. Este fato, logicamente, aumenta mais as distorções alocativas e, portanto, as pressões inflacionárias.

Na outra vertente, a monetária, são bem conhecidas as disfunções na economia causadas pela "ciranda financeira", bancada pelo Governo Federal, que tornou o sistema financeiro um fim em si mesmo, impedindo o fluxo de recursos para o setor produtivo.

Com isto, o funcionamento da economia brasileira tornou-se um verdadeiro círculo vicioso, antiprodução e antiefficiência, com o setor público retirando, por via fiscal e monetária, grande volume de recursos, para serem aplicados em contratações desnecessárias de pessoal, desperdícios de toda natureza e em obras de retorno duvidoso, a maioria abandonadas e/ou sucateadas. Como não poderia deixar de ser, o país, no final da década, chegou à beira da hiperinflação.

Para romper este círculo vicioso e evitar a hiperinflação, o novo Governo adotou, em março de 1990, várias medidas, que combinavam o maior enxugamento de liquidez da história brasileira (através da retenção mandatória de grande parte dos ativos financeiros), com a criação de nova moeda e a promessa de um amplo espectro de medidas de caráter estrutural para desregular a economia e reduzir drasticamente o tamanho do

setor público.

Além disso, foi estabelecida a meta de se manter um rigoroso controle da expansão da moeda, já que teoricamente o Banco Central, por meio das medidas adotadas, teria recuperado sua capacidade técnica de executar política monetária.

Após vários meses de execução do plano "Brasil Novo", no final do ano passado, a inflação deu novamente sinais de aquecimento, chegando a ultrapassar o patamar dos 20% em janeiro deste ano.

O diagnóstico apresentado pela equipe econômica foi em vários pontos semelhante aos anteriores: a culpa seria do componente inercial e psicológico da inflação, já por demais arraigada na cultura nacional e da ação dos oligopólios.

Para combatê-los, foi adicionado o componente heterodoxo dos planos anteriores: congelamento e controle de preços, eliminação dos indexadores oficiais e criação do Fundo de Aplicações Financeiras (FAF) para substituir o "overnight", e canalizar recursos para o lado produtivo da economia.

Depois de vários meses desde a adoção destas medidas, a questão crucial do momento é saber o que acontecerá com a inflação.

Numa visão dinâmica do processo, torna-se muito difícil afirmar que a inflação está sob controle. Primeiramente, porque o Governo pouco avançou no combate às causas estruturais, ligados ao tamanho e ao comportamento do Estado na economia. Após vários meses da nova administração, a máquina estatal continua basicamente a mes-

(\*) Técnico da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)

ma, pois quase nenhuma empresa foi privatizada e poucos funcionários demitidos. A nível estadual e municipal, a ação dos governos tem sido justamente na direção oposta. E, o pior, o Governo continua tentando equilibrar suas contas via aumento de tributação.

Igualmente, a desregulamentação e abertura da economia, tão amplamente divulgadas, foram muito tímidas se comparadas com o programa de outros países vizinhos. Desta forma, resta saber o grau de represamento, a forma e a intensidade com que o Governo vai conduzir o processo de desestatização e modernização da economia.

Neste contexto vale perguntar: qual tem sido o papel da agricultura e como o setor agrícola tem sido afetado pelas políticas de combate à inflação?

A despeito do desempenho negativo dos outros setores da economia, do surto inflacionário e do comportamento errático das políticas governamentais, durante os anos 80 o setor agrícola mostrou bastante resistência e fôlego, crescendo, em média, 4% ao ano durante toda a década. Resta, então, saber qual teria sido o nível de inflação caso a agricultura tivesse apresentado desempenho semelhante aos demais setores.

É evidente que a colheita de boas safras reduz os preços dos produtos primários, tem repercussões favoráveis na formação do índice inflacionário e nos outros setores, devido à importância psicológica e emocional de se garantir o fornecimento de alimentos à população a preços compatíveis.

Por outro lado, é do conhecimento geral que a perda de credibilidade e o fracasso de alguns planos de estabilização como o Plano Cruzado tiveram início com o desaparecimento de produtos básicos, tais como carne, ovos, frango, feijão etc., das prateleiras, o que, rapidamente, contaminou o resto da economia.

Desta forma, pode-se dizer que os produtos agrícolas apresentaram algumas características (entre as quais grandes flutuações cíclicas na oferta e grande complexidade no processo de comercialização) que os tornam altamente sensíveis e influentes no comportamento dos agentes econômicos, podendo sua falta, mesmo temporária, provocar traumas na sociedade e atingir fortemente a execução dos programas de estabilização.

E, o sucesso de qualquer política de abastecimento, pelo atual contexto, depende primordialmente da produção doméstica.

A utilização de importações em larga escala para compensar grandes quedas da produção pode, em princípio, ser descartada, por três motivos principais:

- a) dificuldades administrativas e operacionais;
- b) instabilidade do mercado internacional de produtos primários; e
- c) dificuldades na distribuição interna.

No primeiro caso, as dificuldades surgem basicamente em função das grandes deficiências existentes na estrutura portuária, no excesso de burocracia e na lentidão das decisões administrativas. A título ilustrativo, basta imaginar os problemas e entraves que podem surgir com a importação adicional de 15 a 20 milhões de toneladas de grãos e entre 3 e 5 milhões de toneladas de carne, aparentemente suficientes para compensar uma queda de 15 a 20% na produção. As desastrosas importações do Plano Cruzado e as recentes dificuldades para se concretizar a importação de apenas 100.000 toneladas de carne (suficiente para atender o consumo de poucos dias) são um bom exemplo.

Relativamente ao segundo ponto, vale dizer que cada país e grupo de países têm sua própria política de comércio exterior, que varia circunstancialmente, em fun-

ção da estratégia de primeiro atender o consumo interno. Isto torna a posição brasileira muito arriscada, pois pode ocorrer que, em momentos de grande necessidade, inexista grande volume de certos produtos disponíveis fisicamente no mercado internacional, a preços compatíveis.

O terceiro motivo surge com a necessidade de se levar os produtos importados, através de sua estrutura de distribuição, reconhecidamente morosa e deficiente, aos lugares mais remotos do país, que normalmente são atendidos pela produção local e regional.

Assim, a obtenção de safras de alimentos compatíveis com as necessidades de consumo doméstico é elemento essencial em qualquer política macroeconômica de combate à inflação.

E, como a posição financeira dos produtores rurais é afetada por estas políticas através de tabelamento de preços, políticas fiscal e monetária restritivas, restrições nas exportações e pelas importações, torna-se necessária a adoção de medidas para evitar a falta de recursos creditícios (essenciais devido ao ciclo biológico de produção), e prejuízos aos agricultores devido ao controle de preços e limitações das exportações.

No caso das importações, o efeito é duplamente adverso, pois a renda do produtor é deprimida pela queda na produção e pelo rebaixamento nos preços.

Desta forma, os instrumentos governamentais de apoio à agricultura, como preços mínimos, crédito rural e extensão rural que constituem a espinha dorsal do suporte do setor público aos produtores, precisam ser reformulados, modernizados e ampliados, em conjunto com a política de abertura da economia.

A busca de maior competitividade deve ser motivo para se reforçar e estimular a estrutura de produção e não para destruí-la.